



## GABINETE DO PRESIDENTE

Convênio nº 002/2017

Convênio de Cooperação Mútua que entre si celebram, o ESTADO DE GOIÁS, representado pela PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, com interveniência da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, via POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS-PM/GO, através do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS-DETRAN/GO, e o MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO, por intermédio da AMTPB - Agência Municipal de Trânsito do Município de Padre Bernardo/GO, para os fins que especificam:

**CONVENIENTES:** O ESTADO DE GOIÁS, representado por seu Procurador-Geral, ALEXANDRE EDUARDO FELIPE TOCANTINS, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 354.327.211-04 e RG nº 14.800/OAB/GO, com a interveniência da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, com sede na Av. Anhanguera nº 7.364, Setor Aeroviário, nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF nº 01.409.606/0001-48, criada pela Lei nº 13.461, de 31 de maio de 1999, através de seu titular, RICARDO BRISOLLA BALETRERI, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, portador da Carteira de Identidade nº 5005874382 – SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 354.472.810.91, aqui designada SSP-RS, a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS, com sede no mesmo endereço, inscrita no CNPJ/MF nº 01.409.671/0001-73, representada pelo seu Comandante Geral, Cel. QOPM DIVINO ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 15658 – PM/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 382.216.911-00, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominada PM/GO, através do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO, Autarquia estadual, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Avenida Atilio Corrêa Lima, s/n.º, Cidade Jardim, CEP 74.425-901, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.872.448/0001-20, neste ato representado pelo seu Presidente MANOEL XAVIER FERREIRA FILHO, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob o n.º 326.564.591-68, e portador da C.I. n.º 1216268, 2ª via – PC/GO, neste ato denominado DETRAN/GO e a Prefeitura do Município de Padre Bernardo/GO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Av. Santa Luzia, nº1714, Setor Leste, na cidade de Padre Bernardo/GO, CEP: 73.700-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.170.331/0001-32, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Francisco de Moura Teixeira Filho, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1063974 – SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 431.449.001-25, através da AMTPB/GO - Agência Municipal de Trânsito do Município de Padre



**Bernardo/GO**, representado pelo seu Diretor, Sr. Elmiro Lucas de Siqueira, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 965803-SSP-DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 358.837581-34, residente e domiciliado naquele Município, doravante denominada **PADRE BERNARDO/GO**, consubstanciados no Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei Federal nº 9.503/97, especialmente no artigo 25, caput, Resoluções nº 066/98, 145/03 e 296/2008, todas do CONTRAN, com supedâneo na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada, naquilo que couber, celebram o presente **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA**, nos termos do Processo nº201700025012438, de conformidade com as Cláusulas, ANEXOS e condições seguintes, partes integrantes deste Instrumento:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto estabelecer a cooperação dos partícipes na execução dos procedimentos que propiciem a aplicação da Lei Federal nº 9.503/1997, visando o fiel e pleno cumprimento no âmbito de circunscrição do Estado de Goiás e do Município, através do **DETRAN/GO** e da **AMTPB/ PADRE BERNARDO/GO**, no qual os partícipes delegam poderes recíprocos para cumprirem as atribuições descritas no Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções nºs 66/98, 145/03 e 296/2008, do CONTRAN, para autuar, arrecadar e distribuir os valores provenientes da cobrança de **MULTAS** de suas competências legais (segundo os artigos 22, 23 e 24, do CTB) aplicadas por seus agentes de trânsito e/ou Policiais da Polícia Militar de Goiás, aos proprietários e condutores de veículos automotores, em virtude da infringência à Legislação de Trânsito, conforme Plano de Trabalho, ANEXO I, parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES

2.1. Ao **DETRAN/GO** cumpre cadastrar nominalmente, mediante ato formal, os agentes de trânsito do Município e os policiais militares autorizados a exercer as atividades descritas na Cláusula anterior.

2.2. À **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO**, cumpre cadastrar nominalmente, mediante ato formal, os seus agentes de trânsito e os policiais militares da PM/GO autorizados a exercer as atividades descritas na Cláusula anterior.

2.3. À PM/GO cumpre fornecer nominalmente a relação dos policiais militares, aos Partícipes, autorizados a exercer as atividades descritas na Cláusula anterior.

2.4. Ao **DETRAN/GO** e à PM/GO cumprem capacitar seus agentes próprios e/ou os policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás-PM/GO, para que sejam especializados no serviço de trânsito.



### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. De acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro CTB, em especial no seu Art. 24, compete ao MUNICÍPIO, por intermédio da **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO**:

3.1.1. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de Trânsito, no âmbito de suas atribuições e competências;

3.1.2. Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

3.1.3. Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

3.1.4. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas, nos termos do CTB e da Resolução nº 208/2006, do CONTRAN;

3.1.5. Executar a fiscalização do trânsito, utilizando-se de agentes próprios e/ou de policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás-PM/GO, autuar e aplicar as medidas administrativas, por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito, no âmbito de circunscrição do **MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO**, ficando desde já delegados poderes para que os mesmos atuem na área de competência do respectivo Município e do Estado;

3.1.6. Autuar e cadastrar o Auto de Infração, notificar o infrator e aplicar as penalidades das infrações de trânsito de sua competência, previstas no Código de Trânsito Brasileiro CTB, bem como, efetuar a baixa das multas quando do deferimento do recurso;

3.1.7. Fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos;

3.1.8. Implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias públicas e arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos;

3.1.9. Planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

3.1.10. Vistoriar somente os veículos de particulares que transportem estudantes, aqueles não vinculados ao Município, conforme TERMO DE COMPROMISSO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL, firmado entre o **DETRAN/GO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**, em 24 de novembro de 2008, com a alteração datada de 09 de maio de 2011, com poderes ora sendo delegados ao Município, através da **AMTPB/PADRE**



**BERNARDO/GO**, conforme calendário específico, nos termos dos artigos 136 a 139, do CTB;

3.1.11. Estabelecer as políticas de fiscalização, operação e orientação de trânsito que nortearão os trabalhos de seus agentes de trânsito e/ou de policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás – PM/GO, no âmbito de sua competência;

3.1.12. Instituir a Comissão de Defesa Prévia da Notificação da Autuação pelo agente de trânsito, por Equipamento Eletrônico ou de policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás – PM/GO, para análise da consistência do Auto de Infração, no âmbito de sua competência;

3.1.13. Instituir Juntas(s) Administrativas(s) de Recursos de Infrações – JARI(s), responsável(eis) pelo julgamento dos recursos interpostos, sempre que o Auto de Infração versar sobre a área de competência municipal;

3.1.14. Estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento de trânsito;

3.1.15. Articular-se com os demais Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do CETRAN;

3.1.16. Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido na Legislação de Trânsito, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos Órgãos ambientais locais;

3.1.17. Restituir integralmente os valores recebidos das multas de sua competência legal (Art. 24, CTB e Resolução nº 66/98 - CONTRAN) provenientes de recursos interpostos e julgados procedentes e das multas quitadas em duplicidade;

3.1.18. Registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, cujos proprietários possuam residência e domicílio no **MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO**, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

3.1.19. Comunicar ao CETRAN/GO e ao DENATRAN, no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 296/2008, quais as atividades previstas no CTB que estão sendo delegadas, em razão do presente Convênio.

3.2. De acordo com o disposto no Código de Trânsito Brasileiro, em especial no seu Art. 22, compete ao **DETRAN/GO**:

3.2.1. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de Trânsito no âmbito das respectivas atribuições;

3.2.2. Realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores, expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante delegação do órgão federal competente;



3.2.3. Vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente;

3.2.4. Estabelecer em conjunto com a Polícia Militar as políticas de fiscalização, operação e orientação de trânsito, que nortearão os trabalhos de seus agentes de trânsito e/ou de policiais da Polícia Militar do Estado de Goiás - PM/GO, no âmbito de sua competência;

3.2.5. Executar a fiscalização de trânsito através de agentes próprios e/ou da Polícia Militar do Estado de Goiás - PM/GO, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito, no âmbito de circunscrição do **MUNICÍPIO DE BERNARDO/GO**, ficando desde já delegado poderes para que os mesmos atuem na área de competência do respectivo Município e do Estado;

3.2.6. Aplicar as penalidades por infrações de sua competência, previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, cadastrar o Auto de Infração, notificar os infratores, bem como, efetuar a baixa das multas quando do pagamento ou deferimento do recurso;

3.2.7. Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, no âmbito de sua competência;

3.2.8. Comunicar ao órgão executivo de trânsito da União a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;

3.2.9. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

3.2.10. Credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do CONTRAN;

3.2.11. Implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

3.2.12. Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

3.2.13. Integrar-se a outros Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

3.2.14. Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido na Legislação de Trânsito, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos Órgãos ambientais locais;



**DETRAN-GO**

**GO GOIÁS**  
ESTADO INOVADOR



3.2.15. Articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

3.2.16. Promover o aperfeiçoamento dos relatórios necessários ao sistema, em conjunto com o corpo técnico da **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO**, para o ideal acompanhamento e controle dos partícipes;

3.2.17. Disponibilizar relatório mensal das multas por infrações de trânsito cadastradas, de competência do Município, no âmbito de sua jurisdição, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente;

3.2.18. Efetuar, no ato do licenciamento e/ou transferência do veículo, a cobrança das multas não pagas;

3.2.19. Cadastrar e controlar a sequência numérica dos Autos de Infrações que serão confeccionados pelo Município, nos termos da legislação;

3.2.20. Restituir integralmente os valores recebidos decorrentes de multas por infrações de trânsito, de competência do **DETRAN/GO** (Art. 22, do CTB e Resolução nº 66/98 – CONTRAN), provenientes de recursos interpostos e julgados procedentes, bem como quitados em duplicidade;

3.2.21. Instituir a Comissão de Defesa Prévia da Notificação da Autuação pelo Agente de Trânsito, por Equipamento Eletrônico ou PM/GO, para análise da consistência do Auto de Infração, no âmbito de sua competência;

3.2.22. Instituir Juntas(s) Administrativas(s) de Recursos de Infrações – JARI(s), responsável(eis) pelo julgamento dos recursos interpostos, sempre que o Auto de Infração versar sobre a área de competência municipal;

3.2.23. delegar poderes **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** para vistoriar veículos de transporte escolar de particulares, não vinculados ao município por terceirização, que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos, conforme TERMO DE COMPROMISSO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL, firmado entre o **DETRAN/GO** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**, em 24 de novembro de 2008, com a alteração datada de 09 de maio de 2011, com poderes ora sendo delegados ao **MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO**, conforme calendário específico, nos termos dos artigos 136 a 139, do CTB;

3.2.24. Registrar e licenciar os veículos ciclomotores, conforme redação dada pela Lei 13.154 de 2015;

3.3. Compete ao ESTADO DE GOIÁS, por intermédio da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA e da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – PM/GO, como Órgão integrante desta:

3.3.1. Estabelecer, em conjunto com o DETRAN/GO e o **MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO**, através da **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO**, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito, no âmbito do município;

3.3.2. Manter a operação e fiscalização ostensiva do trânsito no **MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO** através da **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO**, no que



diz respeito às regras de trânsito estabelecidas pelo CTB, com o efetivo de campo necessário de policiais militares especializados no serviço de trânsito;

3.3.3. Comandar seu efetivo policial, obedecendo à política de orientação, operação e fiscalização de trânsito definida pelos Órgãos convenientes;

3.3.4. Autuar os infratores à Legislação de Trânsito, no âmbito do **MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO**, utilizando Autos impressos pela **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** e/ou pelo **DETRAN/GO**, conforme atribuição do respectivo Autuador.

3.3.5. Restituir **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** ou ao **DETRAN/GO**, conforme o caso, a 1ª e a 3ª vias de todos os Autos, utilizados ou não, além daqueles porventura rasurados, sendo que o desvio de qualquer numeração implicará no descredenciamento do respectivo policial de trânsito, além de outras penalidades cabíveis ao responsável;

3.3.6. Celebrar contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) para impressão e notificação das infrações.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA

4.1. Do total dos valores das multas arrecadadas de competência legal do Município e do **DETRAN/GO**, proveniente do Convênio em pauta, será descontado 5% (cinco por cento), destinado ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET, criado pela Lei Federal nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998 e depositado em conta específica, na Instituição Financeira fornecida pelo referido Fundo.

4.2. O restante será distribuído à **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO**, ao **DETRAN/GO** e a **PM/GO**, através do Fundo Estadual de Segurança Pública – FUNESP/SSP, instituído pela Lei Estadual nº 14.750, de 22 de abril de 2004, (para que sejam repassados à **PM/GO**), em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, nas contas indicadas pelos partícipes junto à *Instituição Financeira autorizada*, indicada pelos Convenientes, inerente à multa, por codificação de cada infração de trânsito cadastrada e arrecadada, na seguinte forma:

4.2.1. A **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** recolherá a favor do **DETRAN/GO**, o valor de R\$ 16,78 (dezesseis reais e setenta e oito centavos), por infração de trânsito, de sua competência primitiva – aquelas descritas no CTB, cujo Auto de Infração foi lavrado pelos agentes da autoridade municipal de trânsito e/ou pelos Policiais Militares ou decorrentes de equipamentos foto eletrônicos, conforme Planilha de Custos de Serviços de Infrações - ANEXO II;

4.2.2. A **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** repassará à **PM/GO**, através do FUNESP-SSP/GO, o equivalente a 10% (dez por cento), dos valores líquidos (após dedução do valor citado no item 4.2.1), em razão da arrecadação com multas de trânsito de sua competência primitiva – aquelas descritas no CTB, cujo Auto de



**DETRAN-GO**

**GO GOIÁS**  
ESTADO INOVADOR



Infração foi lavrada pelos Policiais Militares, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, nos termos do que consta do inciso III, Art. 23, do CTB;

4.2.3. O **DETRAN/GO** recolherá à **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** o percentual de 10% (dez por cento), dos valores líquidos (após dedução do valor citado no item 4.2.1) arrecadados com multas de trânsito de sua competência primitiva – aquelas descritas no CTB, cujo Auto de Infração foi lavrado pelos agentes da autoridade municipal de trânsito, quando existentes;

4.2.4. O **DETRAN/GO** repassará à **PM/GO**, através do **FUNESP-SSP/GO**, o equivalente a 10% (dez por cento), dos valores líquidos arrecadados (após dedução do valor citado no item 4.2.1), com multas de trânsito de sua competência primitiva – aquelas descritas no CTB, cujo Auto de Infração foi lavrado pelos Policiais Militares, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito.

4.3. Todos os recursos oriundos do presente Convênio deverão ser creditados, na forma da Cláusula QUARTA, automaticamente, a favor dos Convenientes, cujo relatório de arrecadação deverá ser apresentado pelo **DETRAN/GO** no mês subsequente;

4.4. A restituição do valor correspondente à multa decorrente de recurso administrativo provido ou de ação judicial procedente pelos Órgãos competentes será efetivada na totalidade, a partir do mês subsequente à decisão do recurso ou da ação transitada em julgado, pelo próprio Órgão de competência da infração de trânsito.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO REGISTRO NACIONAL DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO/RENAINF**

5.1. Os valores das multas arrecadadas através das notificações de penalidade expedidas pelo **DETRAN/GO**, de veículos registrados em outras Unidades Federativas, serão assim distribuídos:

5.1.1. O percentual de 5% (cinco cento) para o **FUNSET**;

5.1.2. O percentual de 10% (dez por cento) para a **PM/GO**, através do **FUNESP-SSP/GO**, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 4.2.2 e 5.1.1) cujo Auto de Infração foi lavrado pelos Policias Militares, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, em conformidade com o item 4.2. Deste Ajuste;

5.1.3. O percentual de 10% (dez por cento) para a **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 4.2.2 e 5.1.1) cujo Auto de Infração foi lavrado pelos agentes da Autoridade Municipal de Trânsito;

5.1.4. O restante para o **DETRAN/GO**.





**DETRAN-GO**

**GO GOIÁS**  
ESTADO INOVADOR



5.2. Os valores das multas arrecadadas através das notificações de penalidade expedidas pela SMT/ /GO, de veículos registrados em outras Unidades Federativas, serão assim distribuídos:

5.2.1. O percentual de 5% (cinco por cento) para o FUNSET;

5.2.2. O valor de R\$ 16,78 (dezesseis reais e setenta e oito centavos), para o DETRAN/GO, referente ao serviço prestado, conforme a Planilha – ANEXO II;

5.2.3. O percentual de 10% (dez por cento) para a PM/GO, através do FUNESP-SSP/GO, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado nos itens 5.2.1 e 5.2.2) cujo Auto de Infração foi lavrado pelos Policiais Militares, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, em conformidade com o item 4.2. Deste Ajuste;

5.2.4. O restante para a **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO**.

5.3. Os valores das multas aplicadas pelos demais Órgãos ou Entidades integrantes do RENAINF de outras Unidades Federativas, arrecadados pelo **DETRAN/GO**, serão assim distribuídos:

5.3.1. O percentual de 5% (cinco por cento) para o FUNSET;

5.3.2. O valor de R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) para o DENATRAN, sendo R\$ 3,00 (três reais) referentes à gestão, administração e prestação de informações e R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) para custeio da infraestrutura de dados e comunicação destinados à circulação e disponibilização das bases de dados RENAINF, RENAVAM e RENACH, depositado na conta única do Tesouro Nacional, nº 170.500-8, banco 001, agência 4201-3, código identificador de depósito nº 20032000001008-2;

5.3.3. O valor de R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos) para o DETRAN/GO, sendo R\$ 11,00 (onze reais) referentes aos procedimentos operacionais e de sistemas e R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos) referentes a defesas de autuação e de recursos, depositado em conta corrente indicado por este;

5.3.4. O restante para o Órgão Autuador integrante do RENAINF.

5.4. Os valores das multas aplicadas pelo **DETRAN/GO** ou pela **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** em veículos de outras Unidades Federativas, integrantes do RENAINF, e por elas arrecadadas serão assim distribuídas:

5.4.1. O percentual de 5 % (cinco por cento) para o FUNSET;

5.4.2. o valor de R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) para o DENATRAN, sendo R\$ 3,00 (três reais) referentes à gestão, administração e prestação de informações e R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) para custeio da infraestrutura de dados e comunicação destinados à circulação e disponibilização das bases de dados do RENAINF, RENAVAM e RENACH, depositado na conta única do Tesouro, nº 170.500-8, banco 001 – Banco do Brasil, agência 4201-3, código identificador de depósito nº 20032000001008-2;

5.4.3. O valor de R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos) para o DETRAN (Estado de registro do veículo), sendo R\$ 11,00 (onze reais) referentes aos procedimentos operacionais e de sistemas e R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos)



referentes a defesas de autuação e de recursos, depositado em conta - corrente indicado pelo respectivo Órgão;

5.4.4. O restante será distribuído em razão da competência e da autuação, se pelos Policiais Militares ou Agentes Municipais, nas seguintes proporções:

5.4.4.1. Se a infração for de competência do DETRAN/GO, autuada pelos Policiais Militares, este repassará o percentual de 10% (dez por cento) para a PM/GO, através da FUNESP-SSP/GO, em conformidade com o item 4.2. Deste Ajuste, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, através de conta específica, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 5.2.2) ficando o DETRAN/GO com o restante;

5.4.4.2. Se a infração for de competência do DETRAN/GO, autuada pelos Agentes do Município, este repassará o percentual de 10% (dez por cento) para a **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** através de conta específica, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 5.2.2), ficando o **DETRAN/GO** com o restante;

5.4.4.3. Se a infração for de competência da **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** e autuada pelos Policiais Militares, será repassado o percentual de 10% (dez por cento) para a PM/GO, através da FUNESP-SSP/GO, dos valores líquidos (após a dedução do valor citado no item 5.2.2), em conformidade com o item 4.2. Deste Ajuste, em razão da disponibilização de seu efetivo necessário ao policiamento ostensivo de trânsito, ficando a **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** com o restante;

5.4.4.4. Se a infração for de competência da **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** e autuada pelos Agentes do Município será deduzido o valor citado no item 5.2.2, ficando a **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** com o restante.

## CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Compete aos Convenientes prestarem contas junto ao FUNSET, das respectivas parcelas correspondentes a 5% (cinco por cento) do total bruto arrecadado, dentro dos prazos e condições estabelecidos pela Resolução nº 263, de 14 de dezembro de 2007, do CONTRAN.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONFEÇÃO DOS BLOCOS DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Para o exercício das atividades previstas na Cláusula SEGUNDA deste Convênio, serão confeccionados blocos numerados de Autos de Infração, em modelo próprio, conforme descrições do CTB, ficando cada conveniente responsável pela confecção dos blocos de Autos de Infração de sua respectiva competência, porém a **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** deverá solicitar ao **DETRAN/GO** a sequência numérica dos blocos de Autos de Infração a serem confeccionados pelo Município, prestando contas destes sempre que requisitado.



### CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DOS REGISTROS CADASTRAIS

Ao **DETRAN/GO**, sem prejuízo das demais Cláusulas, compete disponibilizar para a **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO**, acesso às informações dos seus sistemas informatizados de controle dos registros cadastrais de veículos e de licenciamento anual e condutores habilitados, nos termos do inciso XIV, do Art. 22, do CTB, permitindo, assim, todas as consultas e eventual emissão de relatórios necessários ao interesse da Administração Pública, que visem ao perfeito controle e acompanhamento das multas recolhidas e a recolher, nos termos dos serviços contratados, conforme Planilha do ANEXO II.

### CLÁUSULA NONA – DA ATUAÇÃO DOS AGENTES MUNICIPAIS E DA POLÍCIA MILITAR

A atuação dos Convenentes obedecerá às diretrizes e ao planejamento operacional traçados pela **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO** e pelo **DETRAN/GO**, em conjunto com a **PM/GO**, ficando o comando a cargo de seus respectivos comandantes ou chefes.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DO CADASTRAMENTO DO AUTO

**10.1.** Os cadastramentos dos Autos cujas infrações sejam de competência do **DETRAN/GO**, autuadas pela **PM/GO**, cometidas no **MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO**, serão efetivados na **CIRETRAN** respectiva, desde que o Bloco seja de emissão e controle do **DETRAN/GO**.

**10.2.** Os cadastramentos dos Autos de Infração, cujas infrações sejam de competência do **MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO**, autuadas pelos seus agentes municipais ou pelos Policiais Militares, cometidas em seu Município, serão efetivados na respectiva **AMTPB**, desde que o Bloco seja de emissão e controle da **AMTPB/PADRE BERNARDO/GO**.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Ocorrendo falta ou circunstância justificadora, os Convenentes poderão, em comum acordo e através de Aditamento, alterar ou complementar as condições estabelecidas neste Instrumento, a qualquer momento.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos surgidos durante a execução deste Convênio, ou dele decorrentes, serão solucionados de comum acordo entre os Convenentes, na forma da Lei.



**DETRAN-GO**

**GO GOIÁS**  
ESTADO INOVADOR



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA REVOGAÇÃO**

Este instrumento terá vigência por 60 (sessenta) meses, contados a partir da Data de sua outorga, podendo ser alterado a qualquer tempo, mediante Ajuste, ficando revogados os termos de ajustes anteriormente firmados, prevalecendo, no que couberem, as regras vigentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do presente Convênio será efetuada em extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás e no Diário Oficial do Município ou no PLACARD, pelos respectivos partícipes, atendendo ao disposto no Art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA**

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes, no caso de desinteresse em sua continuidade, pela superveniência de norma legal que impeça a sua execução ou conveniência do serviço público, mediante aviso prévio com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sem que caiba qualquer indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REGISTRO**

O Presente Convênio deverá ser registrado no Tribunal de Contas do Estado de Goiás e no Tribunal de Contas dos Municípios, conforme competências dos Convenientes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO DO CONVÊNIO**

17.1. A execução deste Convênio será acompanhada e fiscalizada por um Representante da Administração especialmente designado pela Diretoria de Gestão, Planejamento e Finanças e nomeada pelo Presidente do **DETRAN/GO**, conforme a Portaria nº 416/2016/GP/DSG, em conformidade com o disposto no Art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993.

17.2. O **GESTOR** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Convênio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



**DETRAN-GO**

**GOIÁS**  
ESTADO INOVADOR



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Convênio, fica eleito pelos partícipes, o foro da Comarca de **Goiânia/GO**.

E, por estarem justos combinados e conveniados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO**, em Goiânia, 23 dias do mês de JUNHO de 2017.

**Pelo ESTADO DE GOIÁS:**

**Alexandre Eduardo Felipe Tocantins**  
Procurador-Geral do Estado de Goiás

*Ricardo Brisolla Balettreri*  
Procurador do Estado  
048-90 19.033

**PORTARIA** nº 0259/2017/SSP  
Delegação de Competência  
*Cel. R/R Elyson Costa Mendes*  
Superintendente Executivo da SSP/GO

**Ricardo Brisolla Balettreri**  
Secretário de Estado da Segurança Pública

*Manoel Xavier Ferreira Filho*  
**Manoel Xavier Ferreira Filho**  
Presidente do DETRAN/GO

*Divino Alves de Oliveira*  
**Divino Alves de Oliveira**  
Comandante Geral da PM/GO – Cel. QOPM

**PELO MUNICÍPIO:**

*Francisco de Moura Teixeira Filho*  
**Francisco de Moura Teixeira Filho**  
Prefeito Municipal Padre Bernardo/GO

*Elmiro Lucas de Siqueira*  
**Elmiro Lucas de Siqueira**  
Diretor da Agência Municipal de Trânsito  
de Padre Bernardo/GO

**Testemunhas:**

1ª \_\_\_\_\_ CPF/MF nº \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_ CPF/MF nº \_\_\_\_\_



**DETRAN-GO**

**GO GOIÁS**  
ESTADO INOVADOR



**ANEXO I - PLANO DE TRABALHO**

**1 – DADOS CADASTRAIS PLANO DE TRABALHO**

<b>Órgão/Entidade Convenientes:</b> Estado de Goiás/Secretaria da Segurança Pública e Penitenciária			CNPJ:01.409.606/0001-48	
Endereço: Avenida Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário				
Cidade: Goiânia		UF: Goiás	CEP:74.432-300	Telefone:62 3201-1000
Responsável: <b>Ricardo Brisolla Baletteri</b>			CPF/MF: 354.472.810.91	
RG/Órgão Expedidor:5005874382/SSP/RS		Cargo: Secretário de Estado		Função: Secretário de Estado
<b>Polícia Militar do Estado de Goiás – PM/GO</b>			CNPJ: 01.409.671/0001-73	
Endereço: Avenida Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário				
Cidade: Goiânia		UF: Goiás	CEP: 74.435-300	Telefone: 62 3201-1456
Nome do Responsável: DIVINO ALVES DE OLIVEIRA			CPF/MF: 382.216.911-00	
RG/Órgão Expedidor:15.658 – PM/GO		Cargo: Coronel PM/GO		Função: Comandante Geral
<b>Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO</b>			CNPJ 02.872.448/0001-20	
Endereço: Avenida Afílio Corrêa Lima, s/n Cidade Jardim				
Cidade: Goiânia		UF: Goiás	CEP:74.425-030	Telefone: 62 3282-8028
Nome do Responsável: MANOEL XAVIER FERREIRA FILHO			CPF/MF: 326.564.591-68	
RG/Órgão Expedidor: 12.16268,2ª via – PC/GO		Cargo: Presidente		Função: Presidente
<b>Município de Padre Bernardo/GO</b>			CNPJ/MF: 01.170.331/0001-32	
Endereço: Av. Santa Luzia , nº 1.714, Setor Leste				
Cidade: <b>Padre Bernardo</b>		UF: GO	CEP: 73.700-000	Telefone: (61) 3633-1794
Responsável/Prefeito: Francisco de Moura Teixeira Filho			CPF/MF: 431.449.001-25	
RG:1063974/SSP/DF		Cargo: Prefeito		Função: Prefeito Municipal
<b>AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE PADRE BERNARDO/GO</b>			CNPJ/MF:	
Endereço: Av. Santa Luzia , nº 1.714, Setor Leste				
Cidade: <b>Padre Bernardo/GO</b>		UF: GO	CEP:73.700-000	Tel:(62)
Nome do Superintendente: <b>Elmiro Lucas Siqueira</b>		CPF/MF: 358.837.581-34		RG: 965809/SSP/DF



**DETRAN-GO**



## 2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

<p><b><u>Título do Projeto</u></b>          Convênio de Cooperação Mútua entre o <b>DETRAN/GO</b> e o <b>MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO</b>, através da <b>AMTPB/PADRE BERNARDO/GO</b>.</p>	<p><b><u>Período de Execução</u></b>          Início: data da assinatura  <b>Vigência: 60 (sessenta) meses</b></p>
<p><b><u>Identificação do Objeto:</u></b> Este Convênio tem por objeto estabelecer a cooperação dos partícipes na execução dos procedimentos que propiciem a execução da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, visando o fiel e pleno cumprimento no âmbito de circunscrição do <b>MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO</b>, no qual o Município delega poderes ao <b>DETRAN/GO</b> para cadastrar, notificar (exceto as multas autuadas por dispositivos eletrônicos), arrecadar e distribuir os valores provenientes da cobrança de multas de sua competência legal (segundo o Art. 24, do CTB e Resolução nº 66/98 – <b>CONTRAN</b>) aplicadas pelos agentes de trânsito do Município e/ou da Polícia Militar do Estado de Goiás, aos proprietários e condutores de veículos automotores, em virtude da infringência à Legislação de Trânsito.</p>	
<p><b><u>Justificativas da Proposição:</u></b></p> <p>a) De acordo com o Art. 144, da Constituição Federal, a segurança pública, “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.</p> <p>b) A administração estadual não possui, por si só, recursos suficientes para prestar um serviço de segurança pública que atenda às reais necessidades da comunidade goiana. Como medida alternativa, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria da Segurança Pública, está firmando parcerias para implementação de ações que contribuam para maior efetividade das políticas de segurança em todo o território goiano. A participação municipal nas referidas ações revela-se, sem dúvida, uma alternativa promissora para melhorar a política de segurança pública estadual.</p> <p>c) Essa propositura deverá refletir as políticas públicas relacionadas ao trânsito de veículos e de outros segmentos que proporcionem a redução dos acidentes de trânsito, minimizando suas consequências e quantitativos alarmantes. Educação no trânsito é a meta de todos os Partícipes para fomentar no seio da sociedade, um comportamento preventivo do cidadão e/ou motorista nas vias públicas.</p>	

## 3 – METAS

- 3.1. Dar segurança ao usuário na utilização do sistema viário, objetivando preservar vidas;
- 3.2. Reduzir o número de acidentes de trânsito;



**DETRAN-GO**



- 3.3. Preservar o meio ambiente;
- 3.4. Proporcionar um trânsito em condições seguras;
- 3.5. Coibir o cometimento de infrações;
- 3.6. Mudar o comportamento do usuário da via.

#### **4 – ETAPAS**

4.1. Delegar poderes aos agentes da autoridade de trânsito Municipal e Estadual, no âmbito de suas circunscrições;

4.2. Disponibilizar ao Município, acesso às informações do sistema do DETRAN/GO, permitindo todas as consultas e emissão de relatórios que visem o perfeito controle e acompanhamento das multas recolhidas e a recolher, em virtude de infringência à Legislação de Trânsito;

4.3. Orientar, educar, fiscalizar e autuar o infrator de trânsito, pelos agentes de trânsito e policiais militares;

4.4. Cadastrar as infrações pelas autoridades de trânsito do Município e do Estado;

4.5. Arrecadar as multas e prenotar a respectiva pontuação no prontuário do condutor;

4.6. Aplicar os recursos, conforme item 05.

#### **5 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS NO MUNICÍPIO, através da AMTPB/PADRE BERNARDO/GO (Conforme art. 320, do CTB):**

5.1.1. Garantir o funcionamento e ordenamento administrativo e operacional do Sistema Viário Municipal, promovendo as condições de segurança e conforto necessárias aos condutores e pedestres e usuários do sistema, em especial;

5.1.2. Garantir o perfeito funcionamento do sistema semafórico existente;

5.1.3. Manter e implantar a sinalização horizontal; Implantar e/ou repor a sinalização vertical de regulamentação e advertência e sinalização vertical indicativa; Custos viários.

5.1.5. Desenvolver campanhas formais e informais de educação de trânsito;

5.1.6. Gerenciar transporte coletivo urbano, de cargas, escolar e transporte fretado;

5.1.7. Criar programas de eliminação dos pontos negros com a





**DETRAN-GO**



construção de sistemas alternativos para travessia de pedestres;

5.1.8. Adaptar o sistema de sinalização de forma a garantir o livre trânsito dos portadores de deficiências;

5.1.9. Desenvolver programa de pesquisas e estudos para melhoria do trânsito;

5.1.10. Executar a fiscalização e orientação do trânsito;

5.1.11. Ministras cursos de aperfeiçoamento e reciclagem;

5.1.12. Adquirir equipamentos e veículos para a sinalização de trânsito;

5.2. NO ESTADO, através da PM/GO(atraves do FUNESP-SSP/GO):

Custos operacionais com policiamento, executar a fiscalização e orientação do trânsito, recursos humanos, aquisição de equipamentos e viaturas, campanhas educativas e informativas, conforme art.320, do CTB;

5.3. NO ESTADO, através do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO (conforme art. 320, do CTB):

5.3.1. Desenvolver campanhas educativas e informativas de trânsito;

5.3.2. Adquirir equipamentos e veículos para fiscalização de trânsito;

5.3.3. Ministras cursos de aperfeiçoamento e reciclagem;

5.3.4. Efetivar a manutenção de dados relativos às infrações de trânsito no cadastro de veículos do sistema informatizado;

5.3.5. Executar a fiscalização e orientação do trânsito; Custos Operacionais.

5.3.6. Desenvolver programa de pesquisas e estudos para a melhoria do trânsito;

**6 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (VALORES ESTIMADOS):**

O percentual de 05% (cinco por cento) do valor das multas de trânsito arrecadadas será destinado ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET, conforme Parágrafo Único, do artigo 320, do Código de Trânsito Brasileiro e o restante terá o seguinte destino (\* ESTIMATIVA):

DESTINO DOS RECURSOS	%	LAVRADAS AGENTES PMs (R\$)	POR E/OU	LAVRADAS POR DISPOSITIVOS	TOTAL(R\$)

*duel*



DETRAN-GO

GO GOIÁS  
ESTADO INOVADOR



			ELETRÔNICOS (Estimativa)	
FUNSET	%	R\$ 6.920,36		R\$ 6.920,36
RENAINF	%	R\$ 2.703,08		R\$ 2.703,08
PM/GO via FUNESP- SSP/GO	%	R\$ 10.517,43		R\$ 10.517,43
DETRAN/GO	%	R\$ 23.609,49		R\$ 23.609,49
MUNICÍPIO	%	R\$ 94.656,91		R\$ 94.656,91
<b>TOTAL</b>	%	<b>R\$ 138.407,27</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 138.407,27</b>

• **ESTIMATIVA:** Frota 2017/2018 – Fonte **DETRAN/GO** – cálculos de arrecadação de multas, considerando anos anteriores e estimando os próximos 12 (doze) meses.

## 7 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

7.1. Estima-se, anualmente, a aplicação dos recursos da seguinte forma:

7.1.1. Pela PM/GO (através do FUNESP-SSP/GO), de conformidade com a Lei nº 14.750/2014, DE 22 de abril de 2004.

Custos operacionais com policiamento, recursos humanos, aquisição de equipamentos e viaturas, campanhas educativas e informativas.	R\$ 10.517,43
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------

7.1.2. Pelo DETRAN/GO.

Campanhas educativas e informativas, aquisição de equipamentos e veículos; Cursos de aperfeiçoamento e reciclagem; Fiscalização e orientação; Manutenção de dados; Custos Operacionais.	R\$ 23.609,49
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------

7.1.3. Pelo MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO/GO/AMTPB.

Campanhas educativas e informativas; Aquisição de equipamentos e veículos; Cursos de aperfeiçoamento e	R\$ 94.656,91
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------



reciclagem; Sinalização de trânsito; Fiscalização e orientação; Custos operacionais.	
--------------------------------------------------------------------------------------	--

**8. PREVISÃO DE INÍCIO E FIM**

A execução do objeto do presente Plano de Trabalho tem como duração prevista a data de início e fim do Convênio a ser celebrado.

**9. OBJETIVOS**

O presente Plano de Trabalho tem por objetivo viabilizar a execução do Convênio, segundo as metas estabelecidas, nos termos da Legislação vigente.

Goiânia, 23 de JUNHO de 2017.

**APROVAÇÃO do Plano de Trabalho  
Pelo ESTADO DE GOIÁS:**

**Alexandre Eduardo Felipe Tocantins**  
Procurador-Geral do Estado de Goiás

*Procurador Alexandre Soares*  
Procurador do Estado  
OAB-GO 19.033

**PORTARIA Nº 0259/2017/SSP**  
Delegação de Competência  
*Cel. R/R Ricardo Costa Araújo*  
Superintendente Executivo da SSP/GO

**Ricardo Brisolla Baletteri**  
Secretário de Estado da Segurança Pública

*[Signature]*  
**Manoel Xavier Ferreira Filho**  
Presidente do DETRAN/GO

*[Signature]*  
**Divino Alves de Oliveira**  
Comandante Geral da PM/GO – Cel. QOPM

**PELO MUNICÍPIO:**

*[Signature]*  
**Francisco de Moura Teixeira Filho**  
Prefeito Municipal de Padre Bernardo/GO

*[Signature]*  
**Elmiro Lucas de Siqueira**  
Diretor da Agência Municipal de Trânsito de Padre Bernardo/GO

**Testemunhas:**

1ª \_\_\_\_\_ CPF/MF nº \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_ CPF/MF nº \_\_\_\_\_



Continuação do CONVÊNIO N° 002/2017

Anexo II

Planilha de custos de Serviços de Infrações

Item	Descrição do Serviço	Valor sem Notificação
01	Bloqueio/desbloqueio de multas (administrativo ou Judicial)	0,80
02	Custo de manutenção de sistema por infração	0,88
03	Custo para emissão documento arrecadação	0,65
04	Custo para manutenção sistema arrecadação	0,85
05	Despesas bancárias - DOC eletrônico	0,50
06	Despesas bancárias para cobrar multa	1,50
07	Disponibilizar dados cadastrais do condutor	0,95
08	Disponibilizar dados cadastrais do veículo	0,95
09	Ger/Proc. Arq. "E3" p/Notificação de Penalidade (dados p/ impressão)	0,95
10	Ger/Proc. "E3" p/Notificação da Autuação (dados p/ impressão)	0,95
11	Ger/Proc. "E4" p/baixa (Pagto, Cancelamento) pelo DETRAN-GO	0,95
12	Ger/Proc. "E8" p/ atualização do Sistema de Controle de Infração	0,95
13	Ger/Proc. "E9" p/ Confirmação (Pagto, Cancelamento)	0,95
14	Ger/Proc. "R3" p/ Baixa (Pagto, Cancelamento) do Autuador	0,95
15	Infra-estrutura de atendimento (presencial e não presencial)	2,40
16	Registro de Recurso de Autuação (cadastro e baixa)	0,80
17	Registro de Recurso de Penalidade (cadastro e baixa)	0,80
	<b>TOTAL</b>	<b>16,78</b>

VISTOS